

Robert Vannoy, Exodus to Exile, Palestra 3B

Sinai à Lei

D. No Sinai, Êxodo 19 a Números 10:10 1. Estabelecimento da Aliança Sinaítica – Êxodo 19-24:8

a. A Aliança Apresentada - Êxodo 19:3-8

Vamos para D sob o numeral romano II, “No Sinai, Êxodo 19 a Números 10:10.” Em Êxodo 19, os israelitas chegam ao Sinai e em Números 10:10 eles deixam o Sinai. Assim, o restante do livro de Êxodo, todo o Levítico e os dez primeiros capítulos de Números, todos acontecem no Sinai. É um período de cerca de dois anos. Eu tenho no esboço uma série de sub-pontos. Um, “Estabelecimento da Aliança Sinaítica – Êxodo 19-24:8 com seis subpontos abaixo disso. O primeiro, minúsculo, é: “A aliança apresentada – Êxodo 19:3-8”. Eles chegam ao Sinai nos primeiros 2 versículos, e você vê que eles partiram de Refidim e chegaram ao Sinai. Então, nos versículos 3-8, lemos: “Então Moisés subiu a Deus, e o Senhor o chamou da montanha e disse: 'Isto é o que você deve dizer à casa de Jacó e o que você deve dizer ao povo. de Israel: “Vocês mesmos viram o que fiz ao Egito e como os carreguei nas asas de águias e os trouxe para mim. Agora, se você me obedecer totalmente e guardar minha aliança, então, dentre todas as nações, você será minha propriedade preciosa. Embora toda a terra seja minha, vocês serão para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa”. Estas são as palavras que você deve falar aos israelitas.' Então Moisés voltou e chamou os anciãos do povo e expôs diante deles todas as palavras que o Senhor lhe havia ordenado. O povo respondeu em conjunto: 'Faremos tudo o que o Senhor disse.' Então Moisés trouxe a resposta deles de volta ao Senhor”.

Moisés sabia desde seu chamado na época da sarça ardente lá no deserto em Êxodo 3 que Israel adoraria o Senhor no Sinai. Se você voltar para 3:12, Deus disse: “Eu estarei com você, este será o sinal para você de que sou eu quem o enviou quando você tirou o povo do Egito, você adorará a Deus nesta montanha .” Agora, volte para o início do capítulo 3 – é no Horebe. Horebe é o mesmo lugar que o Sinai. Então este é o Monte Sinai. No capítulo 6 de Êxodo, o Senhor disse a Moisés no versículo 6 e seguintes:

“Portanto, diga aos israelitas: 'Eu sou o Senhor e os tirarei de debaixo do jugo dos egípcios. Eu os livrarei de serem escravos deles e os resgatarei com braço estendido e poderosos atos de julgamento.’” Mas então o versículo 7: “Eu os tomarei como meu próprio povo e serei o seu Deus. Então sabereis que eu sou o Senhor vosso Deus, que vos tirei do jugo dos egípcios. E eu os trarei para a terra que jurei com as mãos erguidas dar a Abraão, Isaque e Jacó”. Os versículos 6, 7 e 8 são realmente problemáticos. No versículo 6, “eu vos tirarei do Egito”. Então, no versículo 7, “Eu os tomarei como meu próprio povo no Sinai”, e o versículo 8 “os tirarei do Egito, estabelecerei vocês como meu povo no Sinai e os trarei para a terra”. O versículo 7 está sendo cumprido quando chegamos a Êxodo 19. Porque o que lemos lá está no capítulo 19, versículo 5: “Agora, se vocês me obedecerem fielmente e guardarem minha aliança, então, dentre todas as nações, vocês serão minha propriedade pessoal”. A palavra “tesouro” na verdade significa propriedade de Deus. “Você será meu bem precioso.”

1. Condicionalidade do Pacto Você percebe que é introduzido pela declaração condicional “se você me obedecer”. Essa declaração condicional levanta muitas questões sobre como ela deve ser entendida. Qualquer pessoa familiarizada com as notas da Bíblia Old Scofield pode estar ciente de que nessa Bíblia, a nota para 19:5 “se você me obedecer” diz: “O que está sob a lei condicional está sob a graça dada gratuitamente a todo crente”. A sugestão dessa nota é que a base para o relacionamento de Deus com seu povo no Antigo Testamento era realmente a lei, enquanto a base para o relacionamento de Deus com seu povo no Novo Testamento é a fé e a graça. É a ideia de que Israel realmente não deveria ter dito o que disse no versículo 8, onde você leu que o povo respondeu: “Faremos tudo o que o Senhor disse”, porque a mesma Bíblia Scofield disse que Israel falou precipitadamente ao aceitar o Senhor. Eles realmente não deveriam ter feito isso.

Agora, olhe para suas citações, página 19, onde tem alguns parágrafos da *Teologia do Antigo Testamento de Walter Kaiser*, onde ele fala sobre esta declaração condicional. Ele diz: “Esta aliança foi uma mudança deliberada da aliança promissória dos patriarcas

para uma aliança condicional na qual 'a obediência era a condição absoluta da bênção'? Isso poderia ser interpretado como um 'rebaixamento' e um 'erro' equivalente a 'rejeitar os tratos graciosos de Deus com eles'? Qual era a relação entre as declarações “se” em Êxodo 19:5, Levítico 26 e Deuteronômio 11 e a ordem: 'Andarás no caminho que o Senhor teu Deus te ordenou. Que *lema'an hebraico* você possa viver e que tudo vá bem com você e que você possa viver muito tempo na terra que você possuirá (Deuteronômio 5:33)? O contraste implícito nessas perguntas era muito nítido para o texto. Se a alegada natureza obrigatória desta aliança se revelasse o novo fundamento para estabelecer um relacionamento com o Deus pactual, então deveria ser possível demonstrar que a mesma lógica pode ser aplicada às declarações condicionais observadas no capítulo sobre a teologia patriarcal. O 'se' é reconhecidamente condicional. Mas condicional a quê? Era uma condição, nesse contexto, para a posição distinta de Israel entre todos os povos da terra, para seu papel mediador e seu status de nação santa. Em suma, poderia qualificar, dificultar ou negar a experiência de Israel de santificação e ministério para os outros; mas dificilmente poderia efetuar sua eleição, salvação ou herança presente e futura da antiga promessa. Ela deve obedecer a voz de Deus e atender a sua aliança, não 'para' (*lema'an* como cláusula de propósito) viver e fazer com que as coisas corram bem para ela, mas 'com o resultado disso' (*lema'an* como cláusula de resultado) ela experimentará uma vida autêntica e as coisas vão bem para ela em Deuteronômio 5:33. Portanto, acho que você deve ter cuidado. Voltaremos a isso em alguns minutos sobre como você entende essa declaração condicional.

Uma declaração condicional não está sugerindo que Israel trocou a graça pela lei. Porque a única razão pela qual Israel está no Sinai é por causa da graça. “Eu te tirei da terra do Egito, eu te remi, eu te trouxe para mim. Agora, aqui está o que eu espero que você faça. Assim, o Senhor diz a eles nesta apresentação inicial da aliança: “Se vocês me obedecerem plenamente e guardarem minha aliança, então, dentre todas as nações, vocês serão meu tesouro pessoal... vocês serão para mim um reino de sacerdotes e um santo nação.”

2. Posse estimada

Quero voltar a essa expressão “bem precioso” porque ela aparece em outras partes do Antigo Testamento, bem como na tradução da Septuaginta. É visto no grego do Novo Testamento seguindo a tradução da Septuaginta exibida no Antigo Testamento. A palavra traduzida como “bens preciosos” é *segurah*. É um substantivo feminino que significa “posse” ou “propriedade”. É uma palavra hebraica bastante rara. Mas apareceu em uma língua cognata, que é outra língua semítica, em uma carta ugarítica onde é usada por um suserano hitita, um grande rei, para descrever o rei de Ugarit, como seu *segurah*, sua propriedade *privada*. Então aqui está um grande rei do império hitita que usa esta palavra *segurah* para descrever o rei vassalo, o rei ugarítico como sua própria posse ou propriedade privada. Portanto, o significado básico da palavra é separar algo como propriedade própria. Também é usado em Deuteronômio 7:6, onde Moisés diz: “Porque tu és povo santo ao Senhor teu Deus. O Senhor, seu Deus, escolheu você dentre todos os povos da face da terra para ser seu povo (seu *segurah*), sua propriedade particular”. Isso é Deuteronômio 7:6. Deuteronômio 14:1-2: “Vocês são filhos do Senhor, seu Deus. Não se cortem nem raspem a frente da cabeça por causa dos mortos, pois vocês são um povo santo para o Senhor, seu Deus. De todos os povos da face da terra, o Senhor escolheu você para ser sua possessão *segura* e preciosa.” Deuteronômio 26:18, “E o Senhor declarou hoje que você é seu povo, sua *segurança*, seu tesouro, sua propriedade privada, como ele prometeu, e que você deve guardar todos os seus mandamentos.”

Quando você entrar no Novo Testamento, veja Tito 2:3 que diz: “Aguardamos a bem-aventurada esperança do aparecimento da glória do grande Deus e nosso Salvador Jesus Cristo, o qual se deu a si mesmo por nós para nos remir de toda a iniquidade e para purificar para si mesmo”, diz a NVI, “o povo que lhe pertence”. O grego ali é idêntico ao grego usado para traduzir *segurah* no Antigo Testamento que acabamos de examinar. Portanto, é a mesma palavra, exceto a expressão grega “do povo que é seu, ansioso para fazer o que é bom”. Agora é interessante, aqueles de vocês familiarizados com a versão King James, vocês sabem como isso é redigido? “O qual se deu a si mesmo por nós para nos remir de toda iniquidade e purificar para si um povo seu especial, zeloso de boas

obras.” Agora, “pessoas peculiares”, por que o rei James disse “pessoas peculiares”? Bem, no inglês antigo, “peculiar” significava “pertencente a um indivíduo” ou “propriedade privada”. Aí você vê uma enorme mudança no significado de uma palavra, e acho que ao mesmo tempo você vê a razão pela qual precisamos de traduções mais atualizadas que usam o inglês da maneira como é usado hoje, em vez do que era há 400 anos. . Caso contrário, você diria o que muitas pessoas dizem: “os cristãos eram pessoas peculiares”, mas não “peculiares” no sentido da palavra “possessão”, mas peculiares no sentido de que somos estranhos de alguma forma. Esse não é o significado da palavra na época da tradução King James.

Primeira Pedro 2:9 dá outro uso, e acho que isso mostra um pouco da continuidade entre o povo de Deus no período do Antigo Testamento e o povo de Deus no período do Novo Testamento. 1 Pedro 2:9 diz: “Vocês são um povo escolhido do sacerdócio real, uma nação santa”, e então a próxima frase, “um povo pertencente a Deus” e o grego disso é a tradução de *seguirah novamente* . É “um povo que é propriedade de Deus”. Agora ele está falando sobre a igreja, o povo de Deus na era do Novo Testamento. Mas naquela primeira apresentação da aliança a Israel, Deus diz: “Você é meu tesouro pessoal. E vocês também serão um reino de sacerdotes”. Essa é a próxima expressão que descreve o que Israel deve ser. O que são sacerdotes? Os sacerdotes são mediadores entre Deus e os seres humanos. Acho que a ideia aqui é que Israel deve ser esse tipo de veículo, Israel deve ter esse tipo de função para as nações da terra. Como súditos do reino de Yahweh, Israel deve realizar uma tarefa sacerdotal entre as nações. Eles devem ser mediadores entre Deus e outros seres humanos. Então, em terceiro lugar, o Senhor diz: “Você deve ser uma nação santa”. Uma nação separada de todas as outras. O *qadosh hebraico* , que é frequentemente traduzido como “santo”, tem seu significado raiz como “separado”, separado de todos os outros. Essa é a apresentação da aliança.

b. Arranjos para a declaração da lei fundamental O próximo ponto, b é, “Arranjos para a declaração da lei fundamental – Êxodo 19:9-25”. Apenas alguns breves

comentários aqui. Israel é avisado no versículo 12 que eles não devem tocar a montanha: “Cuidado, não subam a montanha nem toquem no sopé dela. Quem tocar a montanha certamente morrerá”. Nos versículos 16-18, você tem uma descrição da aparição de Deus no Monte Sinai. Houve trovões e relâmpagos. O versículo 16 diz: “Com uma espessa nuvem sobre a montanha... Todos no acampamento tremeram. Então Moisés levou o povo para fora do acampamento para se encontrar com Deus, e eles pararam diante da montanha. O monte Sinai estava coberto de fumaça, porque o Senhor desceu sobre ele em fogo. A fumaça subia dela como a fumaça de uma fornalha, toda a montanha tremia violentamente e o som das trombetas ficava cada vez mais alto. Então Moisés falou e a voz de Deus lhe respondeu. O Senhor desceu no cume do Monte Sinai”.

Então aqui você tem o Sinai envolto em fogo, fumaça, raios e trovões. Você vê uma certa continuidade aqui na manifestação da presença de Deus. Se você voltar até Abraão, lembre-se no capítulo 15 de Gênesis, havia essas carcaças de animais que foram mortas e colocadas e esta fornalha de fogo fumegante passou entre as partes dos animais mortos, e aquela fornalha de fogo ardente era realmente um símbolo de que era Deus quem estava fazendo seu juramento auto-maládico sobre si mesmo. “Assim seja comigo, se não cumprir a promessa que vos fiz”. É um ritual na conclusão da aliança. Então você tem aquela aliança fumegante da fornalha ardente com Abraão.

Então, com Moisés em Êxodo 3, você tem a sarça ardente, onde Deus aparece a Moisés e o comissiona a voltar e libertar seu povo, e essa aparição do Senhor também está relacionada ao fogo. Foi dito a Moisés: “Não se aproxime. Tire os sapatos dos pés, pois o lugar em que você está é um solo sagrado”. Parece que quando você chega aqui no Sinai o que você tem é a sarça ardente em uma escala muito maior, e o Senhor aparece novamente no Monte Sinai e fala novamente. Então, no capítulo 19, versículo 24, o Senhor diz a Moisés: “Desça e traga Arão com você. Mas os sacerdotes e o povo não devem abrir caminho para chegar ao Senhor, ou ele os atacará. Moisés desceu ao povo e disse-lhes as palavras do Senhor”, e essa é a lei fundamental.

c. A Lei Fundamental Proclamada – Êxodo 20:1-17 Isso nos leva a c, “A lei

fundamental proclamada – Êxodo 20:1-17.” E como mencionei anteriormente, falamos das categorias de leis sendo: moral, cerimonial e civil. Acho que um rótulo melhor é “fundacional” para os Dez Mandamentos. Acho que o que você tem nos Dez Mandamentos são leis que definem os princípios eternos pelos quais Deus pretende que a vida do homem seja governada. Não creio que esses princípios tenham sido dados a Israel como um meio de salvação meritória; essa não era a intenção deles. Não é assim que deve ser visto por nós hoje. Mas, como mencionei anteriormente, a eleição não é apenas um privilégio, é também uma obrigação. Deus escolheu Israel como seu povo, ele os redimiui da escravidão espiritual e física no Egito, ele os trouxe para o Sinai e agora no Sinai ele dá sua lei. Acho que você pode dizer que há um sentido em que a própria lei é uma revelação da graça de Deus para seu povo redimido. Você sabe que muitas vezes a lei se opõe à graça, e quero falar mais sobre isso mais tarde. Mas o próprio fato de Deus ter dado esses princípios para guiar o homem em sua vida é um ato de graça.

1. Lei

Olhe em suas citações, página 22. Este é um parágrafo da *Teologia do Pacto do Antigo Testamento de JA Motyer*. Ele diz: “O que isso significa para nós ao buscarmos estudar essas narrativas como um documento de aliança? Significa isto: que a Palavra de Deus para um povo redimido é uma palavra de lei. Somos capacitados por esta simples observação de uma sequência de eventos para obter na perspectiva bíblica o lugar da lei na vida do povo de Deus. Deus os trouxe ao Monte Sinai para que ele pudesse declarar sua lei a eles. No Antigo Testamento, portanto, a lei não é uma escada pela qual os não salvos procuram em vão subir à presença de Deus. A lei é um padrão de vida dado por Deus para aqueles que foram redimidos pelo sangue do cordeiro. Essas pessoas, que haviam descansado sob o sangue protetor e que estavam comprometidas com a peregrinação, descobriram que o objetivo imediato de sua peregrinação era o lugar onde poderiam ouvir Deus falar sua palavra de lei e de mandamento. A lei é um padrão de vida que Deus estabelece diante e sobre um povo redimido. Este é o lugar da lei no Antigo Testamento. Não é o lugar da lei no Novo Testamento? Não deveríamos, portanto, como

crentes, esquecer cada vez mais a página em branco entre Malaquias e Mateus e ler a Bíblia como um livro proclamando uma mensagem?”

2. Lei e Graça Agora, isso mostra a perspectiva de continuidade entre o Antigo Testamento e o Novo Testamento quando chegamos a esta questão da lei e da graça. O que tem sido típico de uma perspectiva dispensacional é que o Antigo Testamento é lei e o Novo Testamento é graça. A implicação é que há pouca graça no Antigo Testamento. Acho que a perspectiva é que tanto a lei quanto a graça funcionam no Antigo Testamento da mesma maneira. Eu quero ir mais longe com isso porque esta questão se tornou um assunto bastante grande no Cristianismo evangélico.

Olhe para a página 23 de suas citações, no final da página. Isso é de um artigo de Gordon Wenham, “Graça e Lei no Antigo Testamento”, onde ele diz: “Ao longo do Antigo Testamento, então, a lei é consistentemente estabelecida no contexto da aliança. Isso significa que a lei pressupõe a graça e é um meio da graça”. Agora reflita sobre isso. A lei estabelecida no contexto da aliança. Isso significa que a lei pressupõe a graça e é um meio da graça. “A lei pressupõe a graça porque a lei só é revelada àqueles que Deus chamou para si.” Veja, o próprio Deus disse a Israel que ele os tirou do Egito, ele os carregou nas asas de águias. Agora ele dá esta lei. “A lei é um meio de graça porque, por meio da obediência a ela, os remidos entram em um relacionamento mais próximo com seu rei divino e desfrutam mais das bênçãos inerentes ao estado de salvação .” Portanto, a lei pressupõe a graça e é um meio de graça.

Veja a página 20. Esta é outra seção de Motyer onde ele diz algo muito semelhante ao que Wenham disse. Isso está na natureza da religião do Antigo Testamento. “A religião do Antigo Testamento é um complexo de graça, lei e graça. Deixe sua mente voltar ao que vimos juntos em Êxodo; vimos a graça que os tirou da terra do Egito, a lei que lhes foi dada porque eram um povo redimido e a graça que se tornou disponível para eles ao se comprometerem com uma vida de obediência. Veja que isso é graça, lei e graça. “Observe como isso resolve problemas espinhosos que foram levantados por especialistas do Antigo Testamento, por exemplo, a suposição de que houve uma batalha

em Israel entre aqueles que pensavam que a religião era puramente uma questão de culto e sacrifícios e aqueles que pensavam que a religião era puramente uma questão de observância ética. Não pode ser assim porque o trabalho de base do mosaico sinaítico da religião do Antigo Testamento é a união da graça, lei e graça, a união do compromisso com a obediência e o sangue do sacrifício. Naturalmente, quando os profetas descobriram que os sacrifícios estavam ficando fora de lugar, eles reagiram reafirmando as prioridades para o povo de Deus. A vocação prévia era à santidade e dentro desse contexto o sangue do sacrifício faz provisão para os lapsos do povo. É em torno desse ponto que a totalidade da religião do Antigo Testamento encontra sua unidade”.

Em seguida, sobre o tema da unidade do Antigo Testamento e do Novo Testamento. “1 João 2:1, 2 diz: 'Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo para que não pequeis.' O povo de Deus sob a nova aliança não tem permissão para pecar; são chamados a uma vida de santidade; 'Tudo o que o SENHOR tem dito faremos e seremos obedientes.' 'Mas, se alguém pecar, temos um Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo, e ele é a propiciação pelos nossos pecados.' Deus fez uma provisão pela qual aqueles que estão comprometidos com a obediência podem, apesar de sua desobediência, ainda ser mantidos em paz com Deus e mantidos no relacionamento de aliança. Não é assim que toda a Bíblia fala a uma só voz?”

Veja a próxima entrada no final da página 20, novamente de Walter Kaiser, desta vez de seu *Toward Old Testament Ethics*. “O equívoco mais comum sobre o propósito da lei é que os homens e mulheres do Antigo Testamento foram trazidos a um relacionamento redimido com Deus fazendo boas obras, isto é, obedecendo aos mandamentos da lei, não pela graça de Deus. A verdade é que essa leitura do texto não se encaixa na evidência bíblica.

3. Três Alianças: Abraâmica, Sinaítica, Davídica

“A história do Antigo Testamento gira, em sua maior parte, em torno de três alianças: a abraâmica, a sinaítica e a davídica. A substância dessas três alianças ocupa grande parte

da atenção dos escritores do Antigo Testamento e exibe material e preocupações comuns. No entanto, a maioria dos estudiosos do Antigo Testamento liga as alianças abraâmicas e davídicas com tratados do tipo concessão real. Moshe Weinfeld demonstrou que as 'concessões reais [ou divinas]' feitas a Abraão e Davi com sua promessa de 'terra' e 'casa' (dinastia) eram presentes incondicionais que eram protegidos e garantidos mesmo se os pecados subsequentes interviesses. O presente poderia então ser adiado ou individualmente perdido, mas tinha que ser repassado para a próxima pessoa na fila. Assim, para Abraão e Davi, a aliança de Deus era uma 'aliança eterna', mesmo que surgissem alguns patifes indignos que não seriam capazes de participar dos benefícios dessa aliança, embora fossem obrigados a transmitir esses mesmos dons a seus filhos.

“Mas a aliança sinaítica é colocada em uma base diferente, embora compartilhe muito da mesma substância com as promessas abraâmicas e davídicas. Não é modelado em tratados de concessão real, mas em uma forma de tratado de vassalo. Certamente, as obrigações do vassalo de obedecer para desfrutar dos benefícios desta aliança são muito mais proeminentes.”

Agora que é uma discussão, falaremos mais sobre o modelo de tratado de vassalo para a aliança do Sinai daqui a pouco. Você tem esses dois tipos de convênios, às vezes chamados de convênios promissórios, o abraâmico e o davídico; e o pacto da lei, que é o pacto do Sinai. Alguns dizem que os pactos promissórios são incondicionais, os pactos da lei são condicionais. Acho que algumas pessoas exageram o contraste entre elas porque não acho que se possa dizer que as alianças abraâmica e davídica não tinham condições, nem que a aliança da lei não tenha promessa. No pacto da lei, a obrigação é enfatizada: no pacto da promessa, a promessa é enfatizada, mas não excluindo o condicional e o promissório. Mas observe onde Kaiser vai com isso. “Vários cuidados devem ser levantados neste momento.” Então você vê que eles não eram totalmente incondicionais. “Primeiro, as alianças abraâmica e davídica também exigiam obediência: a obediência não era um luxo espiritual que a graça e a bondade daquele que legava a concessão haviam removido. Embora os beneficiários não ganhassem esses benefícios, eles também

não participavam deles se pecassem e caíssem em desgraça com o concedente. O melhor que puderam fazer naquele triste acontecimento foi transmitir esses presentes aos filhos. Eles participariam deles se andassem na verdade, caso contrário, também pulariam a geração deles.

Em segundo lugar, a obediência à lei não é fonte de bênção, mas aumenta uma bênção já concedida. Somente depois que o prefácio histórico do documento da aliança afirmou que a graça de Javé veio primeiro, é que começa a lista das exigências de Javé sobre Israel. Este é o ponto que tanto Wenham quanto Motyer defendem. “A graça de Deus é a atmosfera e o contexto em que o Decálogo é lançado, pois seu prólogo declara: 'Eu sou o SENHOR, teu Deus, que te tirei do Egito, da terra da escravidão' em Êxodo 20:1, ” isso é graça. “Da mesma forma, antes que as especificações e estipulações de Deuterônimo 12-26 comecem, Deuterônimo 1-11 estabelece as bases para tal obediência ao registrar os sermões de Moisés sobre as grandes ações redentoras de Deus na história que trouxeram esta aliança à existência. A bênção de fato viria após a obediência, mas não como uma recompensa legal merecida pela conquista da obediência à lei. O padrão na aliança sinaítica era, como observou Gordon Wenham, '...a escolha de Deus (1) precede a obediência do homem (2), mas a obediência do homem é um pré-requisito para conhecer todos os benefícios da eleição (3).' Cada uma dessas três etapas pode ser ilustrada, como fez Wenham, com um texto como Êxodo 19:4-5: 'Vocês mesmos viram o que fiz ao Egito e como os trouxe para mim.' Isso é um. O que Deus fez até agora - isso é graça. “Agora, se você me obedecer totalmente e guardar minha aliança”, isso é dois, a obrigação de Israel - essa é a lei, “Você será minha propriedade preciosa”, três, uma promessa de benefícios mais completos é adicionada à obediência, mas no contexto de uma graça já recebido e iniciado.

“Conseqüentemente, a prioridade e o caráter absoluto da graça de Deus são constantemente reiterados. A lei, então, não deve ser vista como um tratado abstrato e impessoal que permanece inerte sobre as cabeças de homens e mulheres. Foi, antes de tudo, intensamente pessoal, Deus falou do céu para que todo o povo pudesse ouvir sua

voz (Deuteronômio 4:32-34, “Algum outro povo ouviu a voz de Deus falando do fogo, como você, e sobreviveu? ”). A motivação final para cumprir a lei era ser como o Senhor - em santidade (Levítico 20:26) e ação (Deuteronômio 10:17-19; 14:1-2; 16:18-20). O pacto visa estabelecer um relacionamento pessoal, não um código de conduta em abstrato”. Portanto, acho importante quando chegamos a essa lei fundamental para entender a maneira como ela funciona e funciona no contexto da aliança. Não é um meio meritório de salvação e Israel não falou imprudentemente ou imprudentemente quando respondeu: “Faremos tudo o que o Senhor disse que devemos fazer”. E não há contraste entre o Antigo e o Novo Testamento, entre a lei e a graça, como se a graça não existisse no Antigo Testamento e a lei não existisse no Novo Testamento.

Alguns anos atrás, neste curso, fiquei surpreso ao ver que, após o curso, um aluno mais velho veio até mim e disse que nunca havia percebido antes que havia graça no Antigo Testamento. Essa é uma declaração bastante surpreendente, mas não era alguém que não era lido nas escrituras ou no conhecimento da Bíblia, mas era uma grade que ele havia colocado na Bíblia, que a lei do Antigo Testamento não tinha graça. Parece-me com relação a todo esse debate lei/grça que é muito difícil ler no Antigo Testamento e não perceber que há uma tremenda manifestação da graça de Deus ali.

Deixe-me dar mais uma citação aqui. Aqueles de vocês que tiveram o curso de Fundamentos da História Bíblica leram um pouco da *Teologia Bíblica de Vos* na página 22. Isso é meio pesado, mas ele está abordando um problema aqui sobre a maneira como certas declarações são feitas no Novo Testamento sobre a maneira como a lei funciona e funciona, no final da página 22. Vos diz: “Essa filosofia farisaica afirmava que a lei pretendia, com base no princípio do mérito, permitir que Israel ganhasse a bem-aventurança do mundo vindouro. É verdade que algumas das declarações do Pentateuco e do Antigo Testamento na superfície parecem favorecer a posição judaica. Que a lei não pode ser cumprida não é declarado em nenhum lugar com tantas palavras. E não apenas isso, que o cumprimento da lei será recompensado é declarado uma e outra vez. A retenção dos privilégios da aliança por parte de Israel depende da obediência. É prometido que aquele que cumprir os mandamentos encontrará vida por meio deles.

Consequentemente, não faltaram escritores que declararam que, do ponto de vista histórico, suas simpatias foram para os judaizantes, e não para Paulo.” A lei era um meio meritório de salvação.

Apenas um momento de reflexão é necessário para provar que isso é insustentável e que, precisamente de um amplo ponto de vista histórico, Paulo havia compreendido com muito mais precisão o significado da lei do que seus oponentes. A lei foi dada após a redenção do Egito ter sido cumprida, e o povo já havia desfrutado de muitas das bênçãos da aliança. Particularmente, a posse da terra prometida não poderia depender da observância prévia da lei, pois durante sua jornada no deserto muitas de suas prescrições não puderam ser observadas.

É claro, então, que o cumprimento da lei não figurava naquele momento como a base meritória da herança vitalícia. O último é baseado apenas na graça, não menos enfaticamente do que o próprio Paulo coloca a salvação nesse terreno. Mas, embora assim seja, ainda pode ser contestado que a observância da lei, se não for o motivo para receber, ainda é o motivo para a retenção dos privilégios herdados. Observe o que ele está dizendo aqui. “Aqui não se pode, é claro, negar que existe uma conexão real. Mas os judaizantes erraram ao inferir que a conexão devia ser meritória que, se Israel retém as prezadas dádivas de Jeová por meio da observância de sua lei, deve ser assim, porque em estrita justiça as haviam conquistado.” Aqui é onde Vos se opõe a essa conexão. Ele diz: “A conexão é de um tipo totalmente diferente”. Sim, existe uma conexão entre obediência e bênção, mas não é uma conexão meritória. A conexão é de um tipo diferente. “Não pertence à esfera jurídica do mérito, mas à esfera simbólico-típica da adequação da expressão.” Agora, o que ele quer dizer com isso? Ele explica isso no próximo parágrafo.

“Como declarado acima, a morada de Israel em Canaã tipificava o estado celestial e perfeito do povo de Deus. Nessas circunstâncias, o ideal de absoluta conformidade com a lei de santidade legal de Deus tinha de ser mantido. Mesmo que eles não fossem capazes de cumprir esta lei no sentido espiritual paulino, embora eles fossem incapazes de

cumpri-la externamente e ritualmente, a exigência não poderia ser diminuída. Quando ocorreu a apostasia em escala geral, eles não puderam permanecer na Terra Prometida.” Por que? Aqui está o que ele diz: “Quando eles se desqualificaram para tipificar o estado de santidade, eles *ipso facto* se desqualificaram para tipificar o de bem-aventurança e tiveram que ir para o cativeiro”.

Então ele diz, sim, há uma conexão entre permanecer na terra por causa da obediência e ser expulso da terra por causa da desobediência, mas essa conexão de bênção pela obediência não é baseada em uma base meritória de tê-la conquistado, mas ele chama uma esfera simbólico-típica de adequação de expressão. Se eles se desqualificaram para tipificar esse estado de santidade, eles se desqualificaram para tipificar a bem-aventurança. É claro que essa é uma discussão teológica bastante pesada sobre o assunto. Mas é uma pergunta legítima a se fazer: qual é o significado ou qual é a natureza da conexão entre a bênção pela obediência e a maldição pela desobediência. Agora, acho que você pode dizer que, se desobedecer, merece punição. Mas quando Israel obedeceu, você pode dizer que a bênção é merecida? O que Vos está sugerindo é que você não pode. Seja qual for a medida de obediência que haja, ela nunca será perfeita de qualquer maneira.

Suponho que viriam a Moisés sempre que houvesse uma disputa. Eles queriam um acordo e, em relação a casos desse tipo, descobrimos que Moisés deu o princípio que deveria ser seguido. Eu acho que eles reconheceriam que Moisés era alguém que era um mediador e que o que ele dizia tinha autoridade divina e eles o procuravam para resolver uma disputa. Em breve voltarei a essa questão em outra conexão, então talvez possamos ir mais longe quando discutirmos essa outra questão.

d. O Medo do Povo – Êxodo 20:18-21 Vamos passar para d, “O Medo do Povo”, que está em Êxodo 20:18-21. Isso é depois da entrega desses Dez Mandamentos. Quando o povo viu os trovões e os relâmpagos, ouviu as trombetas, viu a montanha fumegar, estremeceu de medo, ficou à distância e disse a Moisés: “Fala-nos tu mesmo, nós

ouviremos. Não deixe Deus falar conosco”. Então eles pediram a Moisés para mediar entre Deus e eles.

e. O Livro da Aliança -- Êxodo 20:22-23:33 Isso nos leva a e, “O Livro da Aliança, Êxodo 20:22-23:33.” Se você der uma olhada nesse material, Êxodo 20:22, verá imediatamente que tem um regulamento sobre como fazer um altar e o que é permitido ou não. Daquele ponto até o final do capítulo 23, você tem um corpo de material legal que eu acho que deve ser visto como uma aplicação específica da lei moral a tipos particulares de situações. Em outras palavras, o material do Livro da Aliança está em um nível diferente de especificidade ou concretude do que a lei fundamental. O que você obtém no material jurídico do Livro da Aliança é uma aplicação da lei fundamental a tipos específicos de situações.

1. A Lei Fundamental e o Livro da Aliança Acho que isso pode ser ilustrado se você olhar em suas citações nas páginas 25-27. Não quero ler tudo isso, mas quero dar a vocês alguns exemplos tirados do livro de DR Hiller, *Covenant: The History of a Biblical Idea* . Por exemplo, você tem o mandamento na lei fundamental: “Não cometerás homicídio”. Você vê isso a dois terços da página 25. Esse é um dos Dez Mandamentos. Quando você chega ao Livro da Aliança, o que você tem é a aplicação desse princípio a situações específicas. Êxodo 21:12-14 diz: “Aquele que desferir um golpe mortal em um homem certamente será morto. Mas aquele que não agiu deliberadamente, sendo um ato de Deus, designarei um lugar para onde você pode fugir. Mas se um homem conspirar maliciosamente contra seu próximo para matá-lo, você deve levá-lo para ser executado, mesmo do meu altar.

E então Êxodo 21:18-25 é outro tipo de situação. Se você for para a próxima página, Êxodo 21:28-32 diz: “Se um boi escornear um homem ou uma mulher até a morte, o boi deve ser apedrejado e sua carne não deve ser comida” e assim por diante. Você obtém esse princípio geral, você não deve cometer assassinato, então você aplica isso a tipos específicos de situações no material do Livro da Aliança.

Desça um pouco mais na página 26, “Não cometerás adultério”, outro dos Dez Mandamentos. Isso se torna mais específico em Êxodo 22:15-16: “Se um homem seduzir uma virgem que não está desposada, e se deitar com ela, ele a fará sua esposa.” Topo da página 27, “Não furtarás.” Você obtém alguns exemplos desse tipo de situação específica. Assim, o Livro da Aliança está em um nível diferente de especificidade ou concretude daqueles da lei fundamental. E é por isso que chamo a lei moral dos Dez Mandamentos de lei fundamental.

2. Jurisprudência O conteúdo do Livro da Aliança consiste em regulamentos para Israel seguir em coisas como adoração, direitos dos escravos hebreus, direitos de propriedade e responsabilidades sociais de vários tipos. A maioria deles é formulada no que se chama de formato de “jurisprudência”. O formato da jurisprudência é: “SE isso e aquilo acontecer, ENTÃO é assim que você lida com essa situação”. E a jurisprudência surge de uma longa história de tradição jurídica de práticas consuetudinárias que se construíram ao longo do tempo que lidam com certos tipos de situações e como lidar com elas. Os vários tipos de leis eram adoração, direitos dos escravos hebreus e direitos de propriedade. Vou te dar algumas referências: adoração em 20:22-26; direitos dos escravos hebreus em 21:1-11; direitos de propriedade em 22:1-15; e vários outros tipos de responsabilidade social em 22:16-31.

3. Códigos de leis do Antigo Oriente Próximo Agora, aqui você tem um código de leis que muitos chamam de “Código da Aliança” e o interessante é que havia vários códigos de leis extra-bíblicas no antigo Oriente Próximo que antecedem o material mosaico encontrado em o Livro da Aliança. Quero dar-lhe cinco exemplos disso. O primeiro é o chamado **código de leis Ur-Nammu**, que era um código de leis sumério. Ela data de cerca de 2.000 aC Ela veio da terceira dinastia de Ur no sul da Mesopotâmia. Aquele sítio Ur na Suméria foi escavado pela Universidade da Pensilvânia. Isso é mais ou menos na época de Abraão, então esse é o código de lei basicamente da época de Abraão. Em segundo lugar, temos as **leis de Eshunna**, um século depois de uma cidade elamita

próxima à atual Bagdá. Os elamitas expulsaram os sumérios de Ur, então eles tinham seu próprio reino e um código de leis que vem deles que data de cerca de 1990 aC Terceiro, há um código de leis **Lipit-Ishtar** de cerca de 1870 aC Também é sumério do sul da Mesopotâmia. Quarto, o **Código de Hammurabi**, da Babilônia por volta de 1700 aC Finalmente, existem as **leis hititas** de cerca de 1500 aC Portanto, há pelo menos cinco códigos de leis que foram preservados e traduzidos que antecedem o código da Lei mosaica. Todos eles estão disponíveis em *Ancient Near Eastern Texts, de Pritchard, ou em The Context of Scripture, de Hallo*.

4. Comparação entre os Códigos de Lei do Antigo Oriente Próximo e o Livro da Aliança

É interessante comparar as leis que você encontra no Livro da Aliança em Êxodo com algumas das leis que você encontra nos códigos de lei extra-bíblicos. Ao fazer isso, você descobre que em certos lugares há uma semelhança notável entre as leis do Livro da Aliança e as leis de alguns desses outros códigos de leis do antigo Oriente Próximo. Provavelmente, a lei mais clara no Livro da Aliança que se assemelha à lei de um desses códigos extra-bíblicos é Êxodo 21:28-32, sobre o boi chifrado. Diz: “Se um touro ataca um homem ou uma mulher, o touro deve ser apedrejado até a morte, sua carne não deve ser comida, mas o dono do touro não deve ser responsabilizado. Se, porém, o touro tinha o hábito, e o dono foi avisado, mas não manteve o cerco e matou um homem ou uma mulher, o touro deve ser apedrejado e o dono também deve ser condenado à morte. No entanto, se o pagamento for exigido, ele pode resgatar sua vida e pagar. Se o touro matar um escravo ou uma escrava, o dono deve pagar 30 siclos de prata ao dono do escravo e o touro deve ser apedrejado”. Mas então o versículo 35: “Se o touro de um homem ferir o touro de outro, e este morrer, eles devem vender o vivo e dividir o dinheiro e o animal morto igualmente.” Este é um caso que não nos incomoda muito, mas provavelmente era uma ocorrência bastante comum na agricultura. Mas se você comparar o versículo 35 com a lei 53 do código de Eshunna no slide 19, veja o que diz: “Se um boi escornar outro boi e causar sua morte, ambos os donos de bois devem dividir o preço do boi vivo e o valor do boi morto.” Portanto, estes são basicamente os mesmos. Você pode encontrar

algumas outras leis em que, em um ou outro desses códigos de leis, você encontra uma lei bastante semelhante à formulação do código mosaico. Então, surge uma questão quando você reconhece ou observa que na época em que este material foi dado por Moisés a Israel no Monte Sinai, a formulação das leis não pode ser completamente isolada da lei existente na época, tanto quanto a forma em qual a lei foi formulada. Mas o Livro da Aliança parece se encaixar na tradição legal da época.

5. Qual é a Origem das Leis do Livro da Aliança Isso levanta uma questão interessante, e a pergunta é: como devemos entender ou atribuir a origem do material jurídico do Livro da Aliança? Devemos dizer que todo o material legal no Livro da Aliança é inteiramente novo - formulações legais anteriormente desconhecidas? Todas as leis e princípios legais incorporados nas leis do Livro da Aliança são algo que era totalmente desconhecido antes da época de Moisés, antes de ele dar esse material ao povo de Israel depois de descer da montanha? Em outras palavras, se vamos dizer que o caráter dessas leis são leis divinamente sancionadas dadas por Deus por meio de Moisés a Israel, devemos assumir que sua forma não tem nenhuma conexão com a tradição legal de seu tempo? Acho que quando você lê o Livro da Aliança, fica claro rapidamente que a maioria das leis está no que é chamado de forma de “jurisprudência”: SE tal e tal ENTÃO eis o que você deve fazer a respeito. Esse tipo de formato de jurisprudência parece ser a codificação de pronunciamentos judiciais anteriores sobre tipos específicos de problemas jurídicos. É comum em todos esses antigos códigos de leis.

Agora, com isso em mente, quando você lê em Êxodo 21:1: “Estas são as leis que você deve estabelecer diante deles”, como entendemos essa declaração? Quais são as implicações disso? Eu não acho que a ênfase é tanto que Deus ditou essas leis a Moisés ou as deu à parte da tradição legal existente. Mas, ao contrário, Deus usou e incluiu o conhecimento que Moisés tinha das tradições legais de seu tempo na formulação do corpo de leis que carregava a sanção divina como a vontade de Deus para seu povo.

6. Moisés como Legislador É por isso que anteriormente chamei sua atenção para

aquela declaração no capítulo 18, o conselho de Jetro no versículo 15, onde diz: “Porque o povo vem a mim para fazer a vontade de Deus, sempre que eles têm uma disputa eu decido entre os partes e informá-los sobre os decretos e leis de Deus”. Moisés havia falado anteriormente com autoridade divina no capítulo 18 e havia dado ao povo os estatutos de Deus e suas leis. Não creio que haja qualquer razão para concluir que o método de inspiração divina envolvido nesse processo não incluiria o conhecimento legal e o treinamento que Moisés recebeu ao crescer no Egito na casa do faraó e a educação que recebeu. Ele provavelmente teria lido esses antigos códigos de leis. Ele estaria familiarizado com a tradição jurídica da época. Deus leva isso para a formulação dessas leis que ele então dá por meio de Moisés ao seu povo.

Agora, vejo que meu tempo acabou. Eu quero ir mais longe com isso porque você tem que colocar algumas qualificações lá. Não acho que a conclusão final seja pelo menos que esse material bíblico seja emprestado dos códigos de leis extra-bíblicas, porque há muitas diferenças. Mas há conexões. Você não deve isolar a formulação dessas leis do contexto histórico e cultural. Há muitas ilustrações disso no Antigo Testamento.

Transcrito por Olivia M. Gray
Rough editado por Ted Hildebrandt
Edição final por Katie Ells
Re-narrado por Ted Hildebrandt